

# PMV e ONGs desaprovam a ampliação do Porto

Foto de Luiz Pajau

Na véspera da reunião do Conselho de Autoridades Portuárias (CAP), cuja pauta de discussão é o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Vitória (PDZ), sete entidades ambientalistas e a Prefeitura Municipal de Vitória concluem que o empreendimento é devastador para o meio ambiente, e que não há justificativa econômica para uma intervenção desse porte.

O PDZ prevê a ampliação do Porto em aproximadamente cinco mil metros de comprimento, pegando desde a ponte Florentino Avidos (Cinco Pontes) até o Morro do Soares (próximo ao Clube Álvares Cabral). Para ocupar a área está previsto o aterro de parte do manguezal de Aribiri, e da foz do Rio Aribiri. O PDZ propõe, ainda, que as zonas de interesse ambiental e protegidas por leis, como o Morro da Mantegueira e a Ilha das Cobras, sejam quase que circundadas por plataforma de concreto.

Anteriormente, a Prefeitura de Vila Velha também posicionou-se contra o PDZ. Na reunião do CAP, que acontecerá na tarde de amanhã na Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), o representante dos municípios, Fernando Rangel, manifestará a posição de Vila Velha e Vitória.

Além disso, documentos demonstrando o posicionamento contrário ao plano e pedindo prorrogação das discussões junto às entidades ambientais serão entregues hoje ao presidente do CAP, capitão dos portos Roberto Ferreira da Silva.

Na tarde de ontem, a equipe multidisciplinar composta pela Prefeitura de Vitória para analisar o plano concluiu seu estudo, que resultou em um documento propondo que o PDZ seja recusado; que sejam "realizados estudos no sentido de promover a necessária ampliação do complexo portuário capixaba, considerando especialmente os possíveis impactos sobre regiões urbanas"; e que o CAP leve em consideração a existência de estudos no Estado, inclusive na área do Porto de Tubarão e Praia Mole, para modernização e ampliação do complexo portuário capixaba, "tornando-o competitivo para o mercado nacional, Mercosul e mundial".

No que diz respeito ao meio ambiente, o estudo alega que os

impactos ambientais provocados com a expansão do porto, de acordo com o que está proposto no PDZ, serão em determinadas áreas, irreversíveis. "O plano afronta inúmeras leis, e desconsidera a própria lei que motivou a elaboração do PDZ (lei 8.630/93) que em seu art. 30, XII, diz: "assegurar o cumprimento das normas de proteção ao meio ambiente".

Também após análise do PDZ, a Associação Vila-Velhense de Proteção Ambiental (Avidepa), Organização Consciência Ambiental (Orca), Associação dos Moradores da Barra do Jucu (Amabarra), Centro de Cultura Natural, Consórcio para Recuperação dos Rios Santa Maria e Jucu, Departamento de Meio Ambiente de Vila Velha e Companhia Ambiental, condenam o projeto.

Segundo Cláudio Vereza, representante da Assembléia Legislativa no Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) e membro da Amabarra, as entidades reuniram-se na noite do último dia 7 e chegaram à conclusão que a ampliação do Porto de Vitória, como proposto no PDZ, trará graves impactos ambientais à região.

"Não somos contra o desenvolvimento, mas queremos que ele seja sustentável", alegou Vereza. O documento elaborado pelas entidades será entregue também à Procuradoria Geral da República para que o Ministério Público, "em nome da sociedade", emita um parecer. "Leis estão sendo ignoradas", argumenta Vereza.

O presidente do CAP, Roberto Ferreira da Silva, está viajando e retorna a Vitória somente amanhã. Mas em entrevistas anteriores, informou que todas as propostas enviadas ao Conselho serão analisadas e votadas. Ele reconhece a preocupação com o meio ambiente e ressalta que o PDZ é "apenas uma diretriz conceitual" do que o CAP entende como ideal para a expansão do porto.

Para a execução das obras serão necessárias aprovações prévias das secretarias de Meio Ambiente das prefeituras envolvidas e do Governo do Estado após análise de estudos de impacto ambiental sobre cada área a ser ampliada.



A receita do sistema aquaviário cobre apenas 15% dos seus custos e a Ceturb quer ir reduzindo gradativamente os subsídios, até eliminá-los completamente

## Aquaviário pode ficar sem os subsídios do transporte

O presidente da Companhia Estadual de Transporte Urbano da Grande Vitória (Ceturb-GV), Tarciso Vargas, disse ontem que a auditoria realizada no transporte aquaviário mostrou que é possível diminuir o déficit do sistema, com a diminuição do subsídio que ele recebe do transporte rodoviário. Segundo Vargas, a parte técnica da auditoria foi concluída há 30 dias, mas a empresa que opera o sistema, a Pisa Engenharia, não concordou com a planilha de custos definida pela auditoria.

O superintendente do Sistema Hidroviário da Pisa, Carlos Vitor Finamore, no entanto, afirmou que a empresa não tem conhecimento que a auditoria tenha terminado. "Acho que existe algum engano. Que eu saiba a auditoria está ainda numa fase de conclusão do

levantamento. Estamos aguardando a Ceturb nos chamar para discutir aspectos conceituais da planilha", afirmou.

De acordo com Carlos Vitor, houve apenas uma reunião onde a Ceturb apresentou um levantamento de dados e a Pisa apresentou outros que não haviam sido levantados. Vargas rebateu a informação e garantiu que diversas reuniões já aconteceram e a Pisa não concordou com o resultado da planilha. "Nós estamos agora realizando a análise jurídica da auditoria para vermos que medidas vamos adotar", diz.

Vargas explicou que o objetivo da Ceturb é diminuir o déficit e, a médio prazo, eliminá-lo. Segundo ele, hoje a receita do aquaviário só cobre 15% do seu custo. O déficit é coberto com o repasse de 1,5% da receita

do transporte rodoviário, o que corresponde a cerca de R\$ 100 mil mensais. O presidente da Ceturb contou que a empresa está lançando um edital de licitação para a contratação de uma empresa para a realização de uma análise do sistema de transporte da Grande Vitória como um todo.

"Dentro dessa pesquisa será analisada a viabilidade do sistema aquaviário e as medidas necessárias para ele operar", informou. De acordo com Vargas, a previsão é que em novembro seja definida a empresa que realizará a pesquisa, que deve atingir cerca de 30 mil domicílios. "A última pesquisa desse tipo foi realizada há cerca de 15 anos, antes da implantação do Transcol. Desde então a Grande Vitória mudou muito", ressaltou.